



O APORTE DO PROTAGONISMO DA FAMÍLIA NOS CASOS DE INDISCIPLINA ESCOLAR

Ednalda Alves Moreira dos Santos¹

RESUMO

A família tem sido a primeira instituição formadora de valores e saberes, tem sido conselheira nas situações de exploração, dúvida e curiosidade que os alunos apresentam no seu processo de aprendizagem integral, sendo o pai e a mãe as maiores referências educativas e formadoras do grupo familiar e os encarregados de proporcionar confiança e segurança para fortalecer a personalidade, auto estima; adquirindo, assim, as habilidades necessárias que o ser humano requer para se envolver e interagir corretamente com outros grupos sociais. Por esses motivos, este estudo de enfaçamento bibliográfico objetiva precipuamente examinar a importância das famílias em situações de indisciplina discente. Portanto, espera-se apresentar uma análise sobre a influência do treinamento social fornecido pela família no indivíduo, para entender os problemas de comportamento dos alunos durante os dias letivos nos estabelecimentos de ensino.

Palavras-chave: Família; Escola; Indisciplina.

ABSTRACT

The family has been the first institution that forms values and knowledge, has been a counselor in situations of exploration, doubt and curiosity that students present in their integral learning process, with the father and mother being the greatest educational and formative references of the family group and those in charge of providing confidence and security to strengthen the personality, self-esteem; thus acquiring the necessary skills that the human being requires to engage and interact correctly with other social groups. For these reasons, this study of bibliographic faceting aims primarily to examine the importance of families in situations of student indiscipline. Therefore, it is expected to present an analysis on the influence of social training provided by the family on the individual, to understand the behavior problems of students during school days in educational establishments.

Keywords: Family; School; Indiscipline.

¹ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (2008). Professora da rede pública Municipal de Ensino de Porto Seguro, Bahia. Com Pós-Graduação "Latu Sensu". Administração Escolar (2011), Políticas Públicas e Contextos (Educativos (2016). Com Mestrado em Ciências da Educação, no Curso de Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa – Portugal, 2021).



INTRODUÇÃO

Uma boa convivência e socialização depende de uma boa composição familiar, que deve ter argumentos sólidos e bases de formação para influenciar positivamente seus filhos quando interagem com outras pessoas e estabelecem processos de socialização. Assim, a família influencia na formação social daqueles indivíduos que, em idade escolar, interagem nos processos de socialização, pois são os primeiros e os mais persistentes por gerarem, com grande importância e repercussão, uma convivência escolar positiva ou negativa, dependendo sobre a situação grau de formação integral adquirido neste grupo social.

Cabe ressaltar que compete cada vez mais à escola saber qual o seu papel no seio da sociedade envolvente, uma vez que, um meio problemático acaba por se fazer refletir na própria escola. É disso o exemplo de um aluno que agride professor e colegas, provocado pela ingestão de tóxicos e pela violência entre grupos de jovens delinquentes.

Estes problemas não favorecerem um clima de estabilidade, não são referências do bom comportamento e de bons exemplos na sociedade, refletindo diretamente no comportamento das crianças, adolescentes e jovens na escola e na sala de aula. A escola não pode permitir que esta situação prejudique o seu ambiente e, como tal, tem que mobilizar toda a comunidade educativa, além de buscar parceria com outros profissionais e instituições específicas, para levar à cabo, ações no sentido de superar este problema e criar um ambiente de respeito pelo outro (GOTZENS, 2003).

Diante desse cenário, o presente estudo tem o escopo de examinar a importância das famílias em situações de indisciplina discente. Em vertente bibliográfica, as discussões aqui delineadas irão aprofundar os seguintes temas: indisciplina nas escolas e a família e a indisciplina discente.

INDISCIPLINA NAS ESCOLAS

A indisciplina não é só uma questão comportamental, mas também social, uma vez que o seu aumento tem vindo a ser interpretado nas instituições escolares como o reflexo da violência proveniente da sociedade. A depender do que



se estabelece antecipadamente e se entende sobre a indisciplina, esse comportamento pode ser entendido como desobediência.

Tal afirmativa dificulta a relação entre docentes e discentes nos espaços educativos, interferindo no ensino e na aprendizagem, podendo levar a julgamentos precipitados de pessoas que consideram os alunos indisciplinados como doentes e sem solução.

Ainda a respeito da indisciplina na escola é relevante também a afirmação de Gonçalves (2014, p. 11):

A indisciplina é um fenômeno que grassa pelas nossas salas de aula, a velocidade alucinante do ritmo das mudanças que ocorrem fora dos limites físicos da escola: na sociedade, nas cúpulas governamentais, a partir dos decisores políticos, mas que desembocam dentro das nossas vidas, enquanto professores, enquanto pessoas e extravasam por toda a comunidade escolar (GONÇALVES, 2014, p. 11).

Na escola existem espaços com funções específicas. A sala de aula é o mais relevante de todos eles. É neste espaço que se dão as principais interações do processo de ensino e aprendizagem. Num processo comunicacional, o professor transmite aos seus estudantes um conjunto de saberes, atitudes e competências, de forma a que estes adquiram ferramentas uteis para a sua integração na sociedade. Porém, a existência de obstáculos na comunicação, dá origem a que o professor não possa realizar, de forma eficaz, o seu trabalho e impede os alunos de conseguirem os seus objetivos. E aqui pode começar o problema da indisciplina (AMADO, 2000).

Assim, tem-se que ter em atenção o posicionamento de Carita e Fernandes (2012), quando referem que a indisciplina não pode ser encarada em si mesma, devendo ser estudada em função do contexto da relação pedagógica em que sucede. A indisciplina em sala de aula tem vindo a aumentar exponencialmente nos últimos tempos, criando certo mal-estar nos professores e diretores das escolas.

Paralelamente, assiste-se a uma associação da indisciplina ligada à agressividade e à delinquência, dando origem, muitas vezes, a que o professor abandone o ensino por problemas psicológicos (PICADO, 2009). Na verdade, a



indisciplina cria grandes dificuldades aos professores para desenvolverem o seu trabalho pedagógico.

De acordo com Parrat-Dayan (2008, p. 21), os conflitos em sala de aula:

[...] caracterizam-se pelo descumprimento de ordens e pela falta de limites como, por exemplo: falar durante as aulas o tempo todo, não levar material necessário, ficar em pé, interromper o professor, gritar, andar pela sala, jogar papezinhos nos colegas e no professor, dentre outras atitudes que impedem os docentes de ministrar aulas com mais qualidade (PARRAT-DAYAN, 2008, p. 21).

La Taille (1996, p. 11) quando diz que “a indisciplina em sala de aula é, entre outros fatores, decorrência do enfraquecimento do vínculo entre moralidade e sentimento de vergonha”, descreve uma questão relacional da disciplina e da indisciplina como dimensão não exclusiva da moralidade, mas como uma das dimensões afetivas da vergonha.

O sentimento de vergonha pode tornar a pessoa como “[...] objeto de percepção de outrem” partindo do aspecto natural do sentimento de vergonha “pura’ ao “juízo de valor”. Na argumentação de La Taille (1996, p. 14), “evidentemente, há vergonha de se ter agido contra algum preceito moral”, uma vez que a vergonha não está ligada só a moralidade, mas pode se associar a ela. E remete a dois controles, “seu lado externo é a sua origem e sua realimentação na exposição do juízo alheio, seu lado interno, é a atribuição de valor, a construção da imagem de si que cada um procura realizar e preservar” (LA TAILLE, 1996, p. 14).

Porém, sem motivos para ser banida da esfera moral, a vergonha é reservada apenas ao sentimento de culpa. Para La Taille (1996), a vergonha é um sentimento inevitável, inerente ao ser humano, mas que pode seguir vários caminhos, inclusive a moral. O sujeito pode definir a sua imagem a partir da moralidade. Não obstante, o grau dessa associação depende em grande parte da qualidade da interação social. O autor aborda a questão da disciplina pela dimensão da moralidade, deixando claro que, “toda moral pede disciplina, mas toda disciplina não é moral” (LA TAILLE 1996, p. 19). Mas, há um vínculo entre a disciplina na sala de aula e a moral.



Dessa maneira também, Silva (2004, p. 124) ao referenciar Piaget, destaca que a “autonomia”, em relação com as “normas morais” que são construídas “[...] a partir dos nove ou dez anos”. Um “agir” a partir da assimilação do que foi solicitado. Assim, por exemplo, enquanto tem aluno que por algum motivo evita os enfiamentos e obedecer às normas. Há aluno, que ao passar por uma situação vexatória de arbitrariedade, se sente vitimizado e se revolta. A sala de aula não pode ser vista como espaço homogêneo, mas antes como um lugar onde pessoas com diferentes comportamentos interagem apresentando distintas noções e conceitos acerca de normas.

Nesse sentido, vale ressaltar que:

Quando uma regra é imposta ao aluno de maneira autoritária, este aluno pode não sentir – se obrigado a cumprir – lá e a manifestação através da indisciplina pode ser interpretada como um protesto em relação à autoridade. Nesse caso, ao invés de o aluno ser considerado imoral, quem poderá ser considerado imoral é o professor, por impor regras injustas ou em benefício próprio e esperar que os outros simplesmente as obedeçam (ALVES, 2006, p. 73).

Um aluno que não quer obedecer ou não consegue disciplinar-se, dificilmente agradecerá àqueles que acreditam que todos devem seguir as normas pré-estabelecidas, embora sejam estas regras o ideal para a conduta de determinados grupos em toda a esfera social.

Nunes (2013, p. 39) enfatiza que “dentro da sala de aula existem vários agentes, cada um com o seu papel e função, quem mobilizar a aula será responsável pelo que lá decorre, é aqui que o professor tem que ter um comportamento diferenciado”, para discernir as posturas e condutas dos alunos ao impor limites. A metodologia de ensino utilizada pelo professor também pode desencadear comportamentos indisciplinados.

Para Silva (2013, p. 93) “a indisciplina pode estar relacionada ao fato de estudantes não concordarem com a maneira como o professor está transmitindo o saber”. Essa relação conturbada ocasionará transtornos nos comportamentos e os alunos podem não atender por estarem em um mesmo ambiente por várias horas de estudos, mesmo com o intuito do desenvolvimento intelectual, moral e social. Por isso, é fundamental que o professor desempenhe o seu papel em sala



de aula, de forma integral, direcionando os seus objetivos ao serviço de uma prática mais reflexiva e competente.

E é nesse sentido que Perrenoud (2002) nos diz que a prática reflexiva do professor em sala de aula deve apresentar uma forma original de aliar propósitos e de considerar a realidade que o rodeia, para que o mesmo esteja interligado neste processo e de forma a atender às necessidades dos seus alunos.

O disciplinamento de alunos deve envolver a sua valorização. Como tal, requer professores que interagem com tolerância e afetividade na construção dos saberes. Essa aprendizagem que se dá na convivência com docentes e demais alunos não se limita meramente na discussão e absorção dos conteúdos disciplinares do currículo.

Para Vasconcellos (2014) requer muito mais vínculos, tanto do professor que direciona, quanto do aluno a partir da iniciativa de aceitar posição do professor como mestre. E esse envolvimento se dá através da dialética entre as partes. Na argumentação do autor (IDEM, p. 149) “a convicção, a segurança, a firmeza da fala é, na palavra dos alunos, uma das marcas mais frequente de bom professor”. Isso nos leva a entender a expectativa desses discentes na postura diferenciada do docente.

Desse modo, é preciso conhecer a forma de vida de cada discente na sua comunidade, respeitar sua classe social, ser tolerante, integrar no ensino e na aprendizagem, ações que priorizem os elementos que chamem à atenção dos alunos em sala de aula, para a construção do seu conhecimento.

A FAMÍLIA E A INDISCIPLINA DISCENTE

A educação começa no seio familiar, onde o indivíduo desperta como pessoa e é preparado para enfrentar a sociedade. A família, nas suas diversas representações, é referência na vida dos seus filhos para a aquisição do conhecimento social peculiar, como uma formação, que antes visava a reprodução de vínculos entre os sujeitos através de “estruturas socioafetivas voltadas para a fixação do sujeito num dado modo de agir, de pensar e de sentir” (JUSTO et al. 2013. p. 49).

Se no passado, a família era tida como o sustentáculo natural de valores e condutas, em uma produção dominante dos comportamentos afetivos, estáveis



e duradouros dos sujeitos de uma determinada sociedade, atualmente passa por grandes transformações, quer seja no relacionamento do próprio ambiente familiar e / ou na vida social.

Segundo Justo et al. (2013), são as transformações ligadas à família e as suas formas de interagir na sociedade atual que acelera o desenvolvimento e aprendizados de muitos alunos que adentram as escolas em ritmos diversificados de culturas variadas, exigindo uma atualização da escola para atender às expectativas impostas em uma velocidade que “não mais se baseia na lógica da concentração, mas da dispersão, da aceleração do tempo, da extrema disputa e competitividade” (JUSTO et al. 2013. p. 49).

Na verdade, tanto a escola como a família, e as outras instituições, tem vindo a passar por profundas modificações ao longo da história. Estas mudanças acabam por interferir na estrutura familiar e na dinâmica escolar onde na maioria das vezes, a família tem transferido para a escola algumas tarefas educativas que sempre foram da sua competência (ESTEVEVES, 2004).

Tendo em vista todas as mudanças ocorridas na família ao longo da história, como por exemplo, a emancipação feminina, os papéis da escola foram-se ampliados de forma a dar resposta às novas famílias e à sociedade em geral. Assim, as mudanças sociopolíticas e econômicas influenciaram a dinâmica e a estrutura familiar, trazendo mudanças no seu modelo tradicional de organização.

Desta forma, não se pode falar em família, mas sim em famílias, tendo em conta a diversidade de relações existentes na sociedade atual (ROMANELLI, 2005). Um lar mal estruturado social e economicamente, tende a favorecer o mau desempenho escolar das crianças. Na verdade, se a criança tem problemas em casa, isso vai ter reflexos no seu comportamento escolar e, naturalmente, na sua aprendizagem.

A criança vai evidenciar na escola os sentimentos de insegurança, agressividade, desconforto e tristeza. Fará tudo o que for possível para chamar atenção do professor e dos colegas, fazendo-o muitas vezes de maneira errada, provocando problemas de indisciplina na sala de aula. Nesse momento, o professor tem que deixar o seu papel de educador e ensinar a esses alunos regras básicas de convivência social e respeito pelo próximo, de forma a conseguir restabelecer a ordem na sala de aula (ROMANELLI, 2005).



A família continua a ter um papel decisivo na educação formal e informal, uma vez que, além de espelhar os problemas da sociedade, absorve os valores éticos e humanitários. Como tal, é indispensável a participação ativa da família na vida escolar das suas crianças, para que estas não desenvolvam as suas atividades letivas sem o apoio familiar (TEDESCO, 2002). “A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho” (EVANGELISTA; GOMES, 2003, p. 203).

A escola tem a obrigação de utilizar todos os métodos possíveis para uma aproximação direta à família partilhando informações significativas sobre os seus objetivos, recursos, problemas e até questões pedagógicas. Tem que haver uma comunicação eficaz, pois o diálogo é um fator importante na relação família - escola (PARO, 2007).

Para Vala (2008, p. 12) para haver um processo de socialização entre professor, família, aluno e conhecimento os vínculos entre família e escola precisam ser criados, transformando os conflitos, assim, cada uma das instituições “justifica a responsabilidade de seu papel e compreende as consequências e relações futuras de um jovem, aprender ou não aprender”.

Carvalho (2000, p. 144) enfatiza que “tradicionalmente a família tem estado por trás do sucesso escolar e tem sido culpada pelo fracasso escolar” bem como pela má qualidade da educação na escola. A “promessa de uma relação produtiva entre a escola e a família inclui ganhos para a família (coesão “empoderamento”), para a escola (eficácia), para os estudantes (o sucesso de todos) e para a sociedade (a construção democrática a partir da base e do cotidiano)” (CARVALHO 2000, p. 146).

Mas, de acordo com Carvalho (2000, p. 150) essa culpa que é imposta à família, “poderá, ainda, ameaçar a pluralidade cultural ao impor a uniformidade cultural para além dos muros da escola pública, penetrando no reduto da vida privada”, sobrecarregando os pais de obrigações escolares, provocando uma tensão muito grande, pois alguns pais não têm formação suficiente para darem esse apoio.

Por isso, a escola tem que ter em atenção o tipo de crianças e de famílias com que está a lidar para não provocar exclusão. A melhor forma de envolver a família na escola é fazer com que ela faça parte do Conselho Escolar, da



Associação de Pais e Mestres, que participe ativamente em reuniões, em grupos de reflexão, entre tantas outras coisas da vida da escola, independentemente do seu grau de escolaridade e da sua profissão (VASCONCELLOS, 2006).

Rego (1996) afirma que os postulados defendidos por Vygotsky (1984), “ressaltam claramente o papel crucial que a educação tem sobre o comportamento e o desenvolvimento de funções psicológicas complexas, como agir de modo consciente, deliberado, de autogovernar-se” (REGO 1996, p. 96) e se relacionam com a disciplina.

Desse modo, pode-se dizer que o problema da (in)disciplina diz respeito tanto à família quanto à escola.

A família, entendida como no primeiro contexto de socialização, exerce, indubitavelmente, grande influência sobre a criança e o adolescente. A atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influencia o comportamento da criança na escola (REGO, 1996, p. 97).

As práticas de disciplina influenciam sobre o comportamento da criança na maior parte das famílias, que segundo Rego (1996), podem ser identificadas na literatura pelas suas características, em três estilos de práticas educacionais paternas nas ações de pais autoritários, permissivos ou democráticos. Os “pais autoritários”, quase não se comunicam com os filhos, são muitos austeros, demonstram pouco afeto, “controladores e restritivos quanto ao nível de exigência de seus filhos”.

Nesse sentido, são os pais quem definem as normas e as regras valorizando a obediência. Sem explicar aos filhos ou consultá-los sobre os motivos pelos quais estão se impondo, utilizam os rigorosos padrões preestabelecidos por eles na avaliação das condutas. Com isso, na transgressão, a criança, dentre outras medidas disciplinares recebe severas ameaças e castigos físicos. Já os “pais permissivos”, embora “valorizam o diálogo”, “são pais que têm uma enorme dificuldade em exercer algum tipo de controle sobre a criança” (REGO 1996, p. 97). Não conseguem estabelecer limites e regras norteadoras para com a criança.

Finalmente, os “pais democráticos”, “parecem conseguir um maior equilíbrio entre a necessidade de controlar e dirigir as ações infantis, exigir seu



amadurecimento e independência, e o respeito às necessidades, capacidades e sentimentos de seus filhos” (REGO 1996, p. 97). Destacam-se ainda, em cada um desses estilos, as consequências significativas no comportamento da criança.

Numa perspectiva de educação democrática e que se contrapõe aos dois tipos de educação, autoritária e permissiva, os filhos apresentam:

[...] significativo autocontrole, autoestima, capacidade de iniciativa, autonomia, e facilidade nos relacionamentos, tendem a demonstrar que os valores morais difundidos em sua família foram interiorizados: parecem ser capazes de assumir determinadas posturas por seus valores intrínsecos e não pelo temor às sanções externas (MORENO; CUBERO, 1995, apud REGO, 1996, p. 98).

No que se refere à tarefa educativa disciplinar, o papel da escola é o de possibilitar ao aluno, um local de vivência social diferenciado do grupo familiar, tendo o professor como mediador no seu processo educativo.

Para Nóvoa (2003, p. 3), a escola mais do que uma comunidade, deve ser uma sociedade. Por isso, “as regras da vida comum são aprendidas e os objetivos trabalhados são bem definidos” de forma a que cada um vá o mais longe possível no seu desenvolvimento educativo. Embora a função da escola não seja primordialmente afetiva, “não é possível aprender sem uma dimensão de risco, de passagem do desconhecido para o conhecido, de esforço pessoal, de aventura. E tudo isso necessita de um suporte afetivo, de uma rede de afetos” (NÓVOA, 2003, p. 3).

Por isso, o afeto em qualquer processo de aprendizagem é um elemento central. No que tange à parceria da família com a escola, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), enfatizam a interação social na qualidade de vida que se pode dar aos alunos do Ensino Fundamental, quando se refere ao “fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social” (BRASIL, 2013, p. 38).

Nesse propósito acredita-se que gradativamente o indivíduo vai sendo formado na perspectiva dos valores familiares e sociais através da formação



conjunta das interações do contexto escolar, onde o papel do professor mediador é fundamental.

De acordo com Hickmann (2002, p. 77), “o vínculo professor e aluno, assim como o de pai /mãe e filho, necessita estar constantemente demarcado pelas fronteiras do que é de competência do mundo adulto e do que é de competência do universo infantil”.

É a falta de responsabilidade do adulto sobre as crianças que pode representar uma desobrigação do seu papel em nome de uma suposta liberdade e autonomia e, conseqüentemente, a delegação de poderes às crianças que não possuem condições para as assumir. Por isso, é importante “até a elaboração e cumprimento de regras e normas disciplinares, aplicação de sanções, tanto expiatórias quanto por reciprocidade” (HICKMANN, 2002, p. 78), que se estabeleça um vínculo.

Na argumentação de Garcia (2006, p. 131), se na escola a maior queixa dos professores for, por exemplo, a ‘falta de respeito’, é preciso reinventa-lo a partir de outras formas de respeito. Nesse sentido, o diálogo também é sugerido tanto na reinvenção do respeito quanto do próprio diálogo. Vala (2008, p. 9) afirma que, A participação ativa e consciente dos pais possibilita à escola, uma maior efetividade em seu papel. O envolvimento da família na educação escolar de seus filhos pode significar para a escola que ela tenha que conhecer melhor os pais e, dessa forma, realizar um trabalho conjunto com estes, criando, então, estratégias de ações pedagógicas para o bom relacionamento entre todos na escola.

Na verdade, tanto a família, quanto a escola têm como principal objetivo preparar as crianças para conviverem em sociedade. A família tem suas particularidades que a distinguem da escola, e as suas necessidades que a aproximam da escola. A escola tem sua forma de educar a criança, mas precisa da família para cumprir o seu projeto educativo (PAROLIM, 2003, p. 99). Por isso mesmo, a família e a escola têm que caminhar em conjunto, de forma a permitir o pleno desenvolvimento do educando.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o interesse em contribuir para a análise das fragilidades que se observam na convivência escolar dos alunos, pode-se concluir que o ambiente familiar e social é essencial na formação integral do ser humano. Uma verdadeira estrutura familiar rica em valores e normas, pertencimento a grupos sociais que valorizam e respeitam a vida, e a devida orientação dada a bebês e alunos quanto ao manejo das novas tecnologias de comunicação e entretenimento contribuem para o aprimoramento dos processos de socialização que levam lugar nos estabelecimentos de ensino, aspecto que se evidencia na convivência escolar de meninos e meninas ao longo de seu processo de ensino-aprendizagem, o que contribui para a formação de cidadãos úteis à promoção social de um país.

Políticas de Estado são necessárias para proporcionar às famílias condições adequadas que permitam o cuidado e o bem-estar geral de seus filhos e, ao final, oferecer aos alunos oportunidades acadêmicas, esportivas, artísticas e de trabalho para evitar o consumo de substâncias psicoativas e formação de grupos criminosos que levam à deterioração do ambiente social.

Portanto, a formação de valores e bons hábitos de vida da família garantem o sucesso de uma convivência escolar saudável nos estabelecimentos de ensino brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C. M. S. D. **(In)Disciplina na escola**: cenas da complexidade de um cotidiano escolar. Ilhéus, Ba: Editus. 2006.

AMADO, J. **Interação Pedagógica e Indisciplina na sala de aula**. Porto: Asa. 2000.

BRASIL, **Programa Mais Educação: passo a passo**. Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação, Brasília: MEC/SECAD. 2013.

CARITA, A.; FERNANDES, G. **Indisciplina na sala de aula**. Barcarena: Editorial Presença. 2012.



CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. Centro de Educação. UFPB. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110, julho. 2000.

ESTEVES, J. M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna. 2004.

EVANGELISTA, F; GOMES, P. de T. (org.). **Educação para o pensar**. Campinas: Alínes. 2003.

GARCIA, J. Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 8, n. 1, p. 124-132, jul. 2006.

GONÇALVES, A. P. M. R. S. **(In)disciplina e (Inter)ação pedagógica: do discurso às práticas**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT, Lisboa, Portugal. 2011.

GOTZENS, C. **A disciplina escolar: prevenção, intervenção nos problemas de comportamento**. In: GOTZENS, Concepción. Porto Alegre: Artmed. 2003.

HICKMANN, R. I. Escola e Família: Tênuos limites da disciplina. In: XAVIER, M. L. M. (org.). **Disciplina na Escola: Enfrentamentos e reflexões**. Porto Alegre: Mediação. 2002.

JUSTO, J. S. **Escola no epicentro da crise social**. In: La Taille, Y.; Justo, J. S. 2013.

JUSTO, J. S; SILVA, N. P. **Indisciplina, disciplina: ética, moral e ação do professor**. Porto Alegre: Mediação. 2013.

LA TAILLE, Y. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: Aquino, J. R.G. (org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus. 1996.

MORENO, M. C.; CUBERO, R. Relações Sociais nos anos pré-escolares: família, escolas, colegas. In: COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (org.) **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva**, V. 1. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

NÓVOA, A. Os professores na mira de todos os discursos. “Os professores estão na mira de todos os discursos. São o alvo mais fácil a abater”. **Revista Pátio**. Ano VII, Nº 27, Dilemas Práticos dos Professores, Educarte. Agosto - Outubro. 2003.



NUNES, M. A. **Uma (re)organização pedagógica na prevenção da indisciplina na escola.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Escola Superior de Educação Almeida Garrett. Lisboa. Portugal. 2013.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais.** São Paulo: Xamã. 2007.

PAROLIM, I. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares.** Fortaleza. 2003.

PARRAT-DAYAN, S. **Como enfrentar a indisciplina na escola.** São Paulo: Contexto, 2008.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica.** Porto Alegre: Artmed. 2002.

PICADO, L. PERRENOUD, P. A indisciplina em sala de aula. Uma abordagem comportamental e cognitiva. **Psicologia.Pt, o portal dos psicólogos.** 2009.

REGO, T. C. R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygostskiana. *In:* Aquino, J. R.G. (org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus. 1996.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. *In:* Carvalho, M. C.B.A. **Família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC/Cortez. 2005.

SILVA, N. P. **Ética, (In)disciplina e relação professor-aluno.** *In:* LA Taille, Y. 2013.

SILVA, N. P. **Ética, indisciplina e violência nas escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes. 2004.

SILVA, N. Pedro. **Indisciplina, disciplina: ética, moral e ação do professor.** Porto Alegre: Meditação. 2007.

TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna.** São Paulo: Ática, 2002.

VALA, C. L. S. **Indisciplina: Um diálogo entre professores e pais.** Secretaria Estadual de Educação do estado do Paraná. Londrina, Paraná. 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cleuza_luiza_santos.pdf.



VASCONCELLOS, C. S. **(In)disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** São Paulo, Brasil. Libertad. 2006.

VASCONCELLOS, C. S. **Indisciplina e disciplina escolar: Fundamentos para o trabalho docente.** Série Problemáticas Transversais. Coleção Docência em Formação. São Paulo, Brasil. Cortez. 2014.